**AS DIFICULDADES DE TRABALHAR DIVERSIDADE CULTURAL EM SALA DE AULA**

**MARCELA CREPALDI DE OLIVEIRA**

**E**

**VANESSA FERNANDA DA SILVA**

**RESUMO**

Esse presente artigo vem a destacar o que é cultura e o modo que a mesma tem que ser respeitada em sala de aula. Quando falamos sobre cultura, tem que deixar claro que a cultura de um povo que é desenvolvida por diversos elementos, como crenças, conceitos, costumes, valores, danças, brincadeiras conhecidas, nutrição, jeito de se vestir, em meio a outros fatores. É um atributo muito formidável de uma comunidade, pois a cultura é passada de geração em geração e comprova aparências locais de uma população.

Esse é um tema de extraordinária importância e deve ser abordado em sala de aula, pois os educandos carecem de ter informação da diversidade cultural do país e compreenderem as manifestações culturais, fortalecendo ainda mais o método de valorização das culturas de cada educando, fortalecendo assim o respeito entre alunos e professores.

**PALAVRAS CHAVES: CULTURA, RESPEITO, SALA DE AULA, EDUCANDOS, PROFESSORES.**

**INTRODUÇÃO**

O Brasil tem conquistado formidáveis efeitos no aumento na ascensão e no fator de sensibilização, respeito com o próximo. No entanto ainda falta enormes tabus a quebrar, ou seja, vários fatores a superar, como aumento do acesso à educação básica, do mesmo modo quanto o respeito e a valorização da diversidade cultural vivente nas instituições escolares. Sabe-se que as discriminações étnico-raciais são abrolhadas e repetidas em todos os ambientes da história social brasileira, a escola excepcionalmente é um deles. O docente em sala de aula experimenta ampla dificuldade para trabalhar com tanta diferença e arranjar com que constitua um respeito mútuo entre os alunos.

Sendo assim da a se questionar como tentar construir entre eles conceitos de solidariedade, amizade, respeito e que entendam a educação que se pretende diversificada e inclusiva. É impossível não perceber as salas de aulas tornando-se cada vez mais heterogenias e alguns questionamentos surgem nesse contexto: Como envolver os subsídios comuns e as singularidades entre diferentes culturas na ambiente escola?

**DESENVOLVIMENTO**

Não é de hoje que diversas circunstâncias nascidas em sala de aula, vem aparecendo como e como acontecem a discriminação no ambiente escolar e os enigma dos profissionais da educação em passar por essas ocorrências, pois “a luta pelo direito as diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com a luta dos grupos e movimentos que colocaram e continuam colocando em cheque um determinado tipo de poder, a imposição de um determinado padrão de homem de política, de religião, de arte, de cultura”. (GOMES, 2003, p.73).

Para pensar sobre a diversidade cultural, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/96), trouxe para exame assuntos referentes à diversidade cultural e a pluralidade étnica deparada no dia-a-dia escolar.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característica de pais colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (PCNs, 1997, p.21).

Nesse assunto o ponto da afinidade em meio a diversidade cultural e exercício docente, compõe aspecto ressaltante na edificação de uma escola democrática, entretanto, compreendemos que a essência da diferença provoca conflitos, tensões e aversões as mudanças de padrões.

Segundo as diretrizes dos PCNs a escola precisaria trabalhar com destaque a questão da Diversidade Cultural, já que a escola prioriza a formação de indivíduos éticos, no entanto a escola somente não esta dando conta de atingir totalmente o objetivo proposto, e com isso sempre se vê esses tipos de problemas com desrespeito entre colegas e com professores.

A aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos, porem insuficientes. Os direitos culturais e a criminalização da discriminação atendem aspectos referentes à proteção de pessoas e grupos pertencentes às minorias étnicas e culturais. Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa e fraterna, o processo há de tratar do campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvos de injustiça, que se manifestam no cotidiano. (PCNs, 1997, p. 123).

Entre os estudiosos se destacam: Moreira (1994), Gomes (2003), Gonçalves e Silva (1996) e Arroio (2000), que mostram através de seus estudos, como a escola pode repensar suas práticas educativas e melhorar muito a maneira de tratar a diversidade cultural em seu meio.

Para Gomes (2003), pensar a diversidade vai além do reconhecimento do outro. Também afirma que, “Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados” (GOMES, 2003, p. 72-74).

Gonçalves (1985) assenta que o preconceito racial e a discriminação racial se estendem nas escolas, através do mecanismo ou funcionamento da prática pedagógica que exclui dos currículos escolares a história da luta dos negros na sociedade brasileira.

Não se deve deslembrar que os educadores fazem são o principal componente do método em caça da importância das igualdades sociais já que, os docentes

fazem parte de uma população culturalmente afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mais nos já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são (GONÇALVES E SILVA, 1996:175).

Desse modo faz se imprescindível estabelecer a afinidade em meio ao conhecimento vivenciado pelo educando e o conhecimento transmissor em classe escolar, para que assim não se desconjunte o conhecimento escolar da existência dos estudantes.

Como afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), a escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, por possibilitar em seu espaço físico a convivência de pessoas com diferentes origens étnico-raciais, culturais e religiosas.

Deste modo a escola necessita verdadeiramente conhecer quem são seus educandos pois somente deste modo conseguira trabalhar diversidades em modo pleno. A escola carece ficar continuamente disposta para meditação de novos métodos permitindo aos envolvidos com processo educacional se abrangerem as sugestões étnicas e assim possam acatar com respeito e agenciar as diferenças harmonizando para que advenha cada vez mais o respeito pelos direitos humanos e a valorização da diversidade.

Que de modo algum constitua uma escola, que seja um órgão de reprodução de preconceitos, mas sim, ambiente de ascensão e valorização da diversidade que enricam a sociedade brasileira.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Necessita perceber que a diversidade cultural existente na sala de aula, pode ser aspecto de feitio que não leve a tratamentos individualizados nem a reprodução das diversidades e a exclusão social, porem tenha um aspecto crítica, que supere as atitudes puramente condenatórias e regate o espaço escolar para viabilizar exercícios pedagógicos que abranjam e destaquem a diferença cultural.

Para tentar atingir esse resultado se necessita desde cedo nos recintos escolares edificar informação para ser habitual em ocasiões variáveis que vão exigir a adaptação entre o que foi aprendido e o está necessitando ser resolvido com sucesso na vida em sociedade. Não basta Leis, se não existir a mudança de mentalidades e práticas. Carecemos de ações que agenciem a discussão desses temas que produzam a meditação individual, coletiva e forneçam para a superação e abolição de algum tratamento preconceituoso.

**REFERENCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética. V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2008.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnicocultural” In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.